



Ulrich van der Heyden. *Das gescheiterte Experiment. Vertragsarbeiter aus Mosambik in der DDR-Wirtschaft (1979-1990)*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag. 2019. 725 pp.

Jorge Freitas Branco



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/cea/5600>

DOI: 10.4000/cea.5600

ISSN: 2182-7400

Editora

Centro de Estudos Internacionais

Edição impressa

Data de publicação: 1 dezembro 2020

Paginação: 197-200

ISSN: 1645-3794

Reférence eletrónica

Jorge Freitas Branco, «Ulrich van der Heyden. *Das gescheiterte Experiment. Vertragsarbeiter aus Mosambik in der DDR-Wirtschaft (1979-1990)*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag. 2019. 725 pp.», *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 40 | 2020, posto online no dia 29 maio 2021, consultado o 19 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/cea/5600> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.5600>



O trabalho Cadernos de Estudos Africanos está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional.

Ulrich van der Heyden. *Das gescheiterte Experiment. Vertragsarbeiter aus Mosambik in der DDR-Wirtschaft (1979-1990)*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag. 2019. 725 pp.

Trata-se dum livro extenso e denso sobre uma temática pouco aprofundada e, talvez, inesperada. Traduzido, o título será “A experiência fracassada. Os trabalhadores moçambicanos contratados na economia da RDA (1979-1990)”. Em Moçambique são conhecidos por “Madgermanes”. A obra divide-se em cinco partes, a saber: Introdução, Bases para a contratação de trabalhadores moçambicanos pela RDA, A mão de obra moçambicana na economia da RDA, O fim dos contratos na RDA e na Alemanha unificada, Conclusão. Segue-se um extenso anexo de documentação. Cada uma das partes subdivide-se em capítulos, que no total da obra somam nove.

Na introdução o autor – da Universidade de Humboldt, Berlim – refere que a temática já o vinha preocupando há tempo e que várias questões o impeliram a tomar uma posição cientificamente sustentada. Constata que a imprensa e a comunidade científica alemãs pós-unificação têm difundido uma visão negativa deste assunto, dita binária, de deslegitimação dum Estado, sem apresentarem as respetivas provas. A “descoberta” por parte da opinião pública e das autoridades, em seguida pelos cientistas acontece com a queda do muro de Berlim. Com a unificação levantou-se a questão: Que fazer desta mão de obra herdada da RDA? O autor, especialista de história africana e das relações da Alemanha com aquele continente, parte da constatação de que a força laboral vinda predominantemente do Terceiro Mundo para a RDA resultou num empreendimento sem precedentes na história europeia, ao ser efetuada uma transferência migratória transcontinental planificada por um Estado (pp. 15 e 536). Com este estudo o autor propõe respostas a desafios políticos atuais, tais como as manifestações de racismo e de xenofobia na sociedade alemã, nomeadamente no território da ex-RDA. Para se ter uma noção da dimensão deste movimento migratório, em 1988 estavam cerca de 15000 trabalhadores e trabalhadoras moçambicanos colocados nos mais diversos setores da economia, formando, no entanto, o segundo

maior contingente de trabalhadores estrangeiros no país, detendo os vietnamitas a posição cimeira. Haverá uma relação entre este passado e os acontecimentos que se verificam no presente? A tese do autor é que a situação presente de propagação de ações xenófobas e de posições de extrema direita não derivam desse passado. A história dos trabalhadores estrangeiros na Alemanha Ocidental (os "*Gastarbeiter*") não pode ser transposta para a dos migrantes na RDA (onde eram denominados "*ausländische Werktätige*"). Este livro pretende responder a esta questão e, em simultâneo proceder a uma investigação sobre o quotidiano dessa mão de obra africana num país socialista. Não é a primeira publicação de U. van der Heyden sobre o assunto.

A primeira parte compreende três capítulos e é dedicada à explanação das razões históricas e políticas do trabalho contratado. Descreve-se a história das relações entre a RDA e África, onde o fator anti-imperialismo e as lutas de libertação nacional explicam a ligação privilegiada com os movimentos de libertação nas ex-colónias portuguesas de Moçambique e de Angola, assim como a resistência anti-*apartheid* na África do Sul. Relações diplomáticas com a generalidade dos Estados africanos só surgiram em 1972, com a admissão das duas Alemanhas na ONU.

No capítulo seguinte explana-se em pormenor o desenvolvimento das relações com Moçambique, que se estabelecem com a FRELIMO durante a guerra de libertação nacional. Esse apoio consistiu numa componente material importante para o esforço de guerra. Em seguida abordam-se as relações bilaterais entre Moçambique e a RDA, em que o facto de a FRELIMO se ter assumido como partido marxista-leninista após a independência terá facilitado o estreitamento das relações, passando a ser um partido-irmão do SED (o partido comunista no poder na RDA); mas em paralelo aborda-se a guerra civil e a conseqüente destruturação da economia moçambicana. Aumenta o empenhamento da RDA, ao abrigo duma solidariedade internacional e de compromissos bilaterais. É também inovador o capítulo sobre a história dos fluxos de migração laboral para a RDA. A evolução desfavorável do fator demográfico pesou no abandono das reticências ideológicas ao trabalho migrante estrangeiro – pesava o exemplo da Alemanha Ocidental, com os *Gastarbeiter*. Estabelecem-se acordos com outros governos socialistas, onde existiam excedentes de mão de obra (Hungria, Polónia, etc.). Insuficientes, acolhem-se contingentes de países do então Terceiro Mundo; em 1979, chegam os primeiros moçambicanos e moçambicanas a Berlim Oriental. Vinham beneficiar de formação profissional na indústria, para assegurarem mais tarde no país de origem a industrialização desejada. A guerra civil destruiria estes e outros planos.

A segunda parte trata da presença da mão de obra moçambicana na RDA. Consta de quatro capítulos que reconstituem o quotidiano desses jovens africanos e do seu confronto com outras mentalidades, modo de vida, atitudes e comportamentos. Para a esmagadora maioria terá sido uma experiência positiva de três anos, em que escapavam à situação de guerra civil e colapso económico na terra natal; viviam em paz, com dinheiro, assistência médica, alojamento, convívio e acesso a bens de consumo. O autor conclui que estes africanos não eram uns excluídos, mas sim o alvo oficial e espontâneo da população numa expressão de solidariedade e integração temporária (capítulo III.2). Seguem-se três longas adendas (pp. 334-483) de recolha, análise e discussão do que o autor deteta como sendo falsificações da história no que respeita à RDA e os migrantes que acolheu, aqui os moçambicanos: acusação de racismo, exploração económica, génese do extremismo de direita na atualidade.

A quarta parte versa o fim da RDA e desta modalidade de trabalho migrante. Em dois capítulos trata o regresso forçado a Moçambique (é esta última leva que origina os atuais “Madgermanes”), o acolhimento que não existiu na terra natal, impreparada para a situação e o processo de exclusão que se inicia e se mantém – esta questão foi aflorada a partir de fontes secundárias, em Portugal, por Sérgio Lorré (*Visões Pós-coloniais à Socialista*, 2016, pp. 336-342).

Os anexos têm documentação, bibliografia (maioria alemã), resumos em português e inglês.

A obra é uma investigação de mérito incontestado. Exploram-se fontes disponíveis e bibliografia que não haviam sido conjugados. Refiram-se os arquivos federais (Bundesarchiv Berlin-Lichterfelde, SAPMO e BStU), assim como a bibliografia especializada, a imprensa escrita e audiovisual e os testemunhos orais conhecidos. Mas alerta-se o leitor por faltarem os arquivos de empresa e os públicos regionais. Daqui resulta uma articulação bem conseguida entre uma visita dum passado pouco conhecido, conseguida numa pesquisa minuciosa, e a análise dum aproveitamento na contenda ideológica numa perspetiva construída desse passado com vista à explicação de fenómenos da atualidade. História do presente, apanhada e redigida em cheio, em que o autor vê nas discriminações sofridas pela população da ex-RDA, após 1990, a origem do problema, como aliás outros autores o vêm fazendo (N. Offenstadt, *Le pays disparu*, 2018, p. 29). Sublinho os capítulos dedicados à dinâmica dos confrontos culturais (jovens trabalhadores moçambicanos na RDA), em que se tratam contextos políticos, ideológicos e sociais novos para as partes envolvidas. A estes aspetos acrescento ainda duas pistas para investigação futura que esta obra de Ulrich van der Heyden abre: a) socialismo e migrações laborais, e b) culturas (de ajuda ao) do desenvolvimento.

Pese a extensão do texto e algumas informações que se repetem, a leitura cativa pela polémica rica em argumentos. A escrita é viva e empenhada.

Jorge Freitas Branco
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CIA-IUL)
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal
jorge.branco@iscte-iul.pt